

Após completar certo fornecimento, a Sociedade apresentou as correspondentes faturas à Administração, que não as impugnou, mas deixou de efetuar seu pagamento na data de vencimento fixada.

Em vista disso, a Sociedade X requereu à Administração Estadual que baixasse ato autorizando-a a pagar o ICMS por ela devido ao Estado, no período, utilizando os créditos que tem contra o Erário.

Queira responder se e como o pedido da Sociedade X pode ser atendido, dando as razões da resposta.

## DIREITO DO TRABALHO

1.<sup>a</sup> Questão: (50 pontos)

Aplica-se ao Estado e às suas entidades da Administração Indireta ou Fundacional o disposto no parágrafo 2º do artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho? Fundamente a resposta.

2.<sup>a</sup> Questão: (50 pontos)

Despedida sem justa causa, ocorrida na vigência de convenção coletiva que não a permitia, gera direito a que se efetive a reintegração do empregado despedido quando já exaurido o prazo de vigência da norma convencional? Fundamente a resposta.

## PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### — QUESTÕES —

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1.<sup>a</sup> Questão: (20 pontos)

Mediante concorrência, é adjudicada a uma empresa privada a execução de projeto e a construção de equipamento de alta especialização, prevendo-se, no edital, que o contrato conterá cláusula de reajustamento do preço com base em índices de OTN.

Em virtude da carência de recursos financeiros, a Administração do órgão público deixa de convocar o adjudicatário para assinar o contrato, durante dois exercícios sucessivos.

Obtidos os meios de financiamento, a Administração convoca o adjudicatário para lavratura do contrato, nos termos estipulados no edital.

A empresa pleiteia, porém, que os valores da proposta aprovada passem a figurar, no contrato, com preço atualizado.

Ao mesmo tempo, a Administração, tendo em vista conveniência de ordem técnica, estabelece um acréscimo da obra a ser executada, a importar em elevação do custo.

**Pergunta-se:**

a) pode o contrato ser celebrado com a atualização do preço, como postula o adjudicatário?

b) é válido o pretendido acréscimo ao objeto do contrato, com conseqüente elevação do preço?

2.<sup>a</sup> Questão: (20 pontos)

1. TÍCIO propõe, em 1.11.88, ação ordinária contra o ESTADO DO RIO DE JANEIRO em que afirma:

a) é técnico de contabilidade dos quadros do Estado nos quais ingressou por concurso público de provas e títulos em 1.11.1970;

b) graduou-se como contador em 31.12.1970;

c) em 1.1.1975 lei estadual determinou fossem aproveitados, em cargo de contador, os técnicos de contabilidade, desde que diplomados contadores e contando mais de 3 anos de serviços nos quadros estaduais;

d) em 1.1.1976, TÍCIO requereu administrativamente o seu aproveitamento como contador; o requerimento foi indeferido em caráter definitivo em 1.1.1980, sob o fundamento de que TÍCIO não se inscrevera como contador no Conselho Regional de Contabilidade.

2. À vista desses fatos, TÍCIO pede na ação sua investidura no cargo de contador do ESTADO e o recebimento de todo o estipêndio que lhe seria devido desde 1.1.1975, data em que teria surgido, nos termos da lei referida no item 1 supra, o direito de ser aproveitado no aludido cargo.

3. Designado para contestar o pedido, o que você alegaria, na defesa?

3.<sup>a</sup> Questão: (20 pontos)

Vencendo-se um empréstimo contraído pelo ESTADO junto a uma instituição bancária, a Procuradoria é consultada sobre três opções destinadas à solução do débito:

a) renovação do empréstimo, com garantia hipotecária de bem imóvel estadual;

b) pagamento do débito com o produto da venda de imóvel estadual desnecessário ao serviço público, mediante autorização do Governador e realização de concorrência pública, na forma do previsto na Lei Complementar n.º 8/77;

c) dação em pagamento de bem imóvel estadual, no valor do empréstimo.

Opine sobre a viabilidade de cada uma destas hipóteses.

4.<sup>a</sup> Questão: (20 pontos)

Lei do Município M, do Estado do Rio de Janeiro, prosseguindo uma política local de expansão de áreas de lazer, determina que todos os remanescentes de imóveis de empresa estadual, situados em zona urbana e não utilizados por suas edificações e instalações, necessárias aos serviços públicos que presta, tornam-se áreas *non aedificandi*, de uso comum do povo, devendo, por isso, seus proprietários demolir os muros, cercas ou tapumes que os delimitem.

Opine sobre o direito da empresa em face da lei municipal.

5.<sup>a</sup> Questão: (20 pontos)

O ESTADO, antes da formalização do contrato, ocupou o imóvel a que se referia a locação em tratativas.

Meses depois do início das negociações, firmou-se o instrumento. Indaga-se:

- a) qual será o início do prazo de vigência do contrato: o da efetiva Ocupação do imóvel ou o da assinatura do instrumento?  
b) como se efetuará o pagamento pelo tempo de ocupação anterior à formalização do contrato?

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### — QUESTÕES —

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (15 pontos)

Poderá quem foi réu de ação popular ajuizar ação rescisória da sentença de improcedência do pedido, por deficiência de prova?

2.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (20 pontos)

Examine o problema da competência para a medida cautelar, quando em grau de recurso o processo principal.

3.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (15 pontos)

Cabe ação declaratória incidental em procedimento sumaríssimo?

4.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (20 pontos)

São exigíveis as cautelas do art. 588 do Cód. de Processo Civil, na execução de sentença concessiva de mandado de segurança da qual pende recurso?

5.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (30 pontos)

Sob o fundamento de que determinada lei lhes asseguraria ingresso no cargo inicial da carreira de Delegado de Polícia, **A** e **B**, ocupantes de cargos de Perito Criminal, propuseram ação em face do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando que assim lhes fosse assegurado por sentença.

No curso da demanda, já oferecida a contestação, mas antes das providências preliminares, **C**, **D**, e **E**, também peritos criminais, requeram litisconsórcio, alegando as mesmas razões e, ainda mais, que titulam melhor antiguidade do que os primeiros autores, devendo, pois, lhes ser assegurada precedência em tal ingresso.

**G** e **H**, detetives ocupantes de cargos finais da classe, também pleitearam ingresso no feito, pretendendo ter assegurado o ingresso na carreira de Delegado, direito que, segundo entendem, é reservado pela lei aos ocupantes de cargos de detetive e de inspetor.

Finalmente, quando o feito já se achava em condições de ser proferida a sentença, **I**, detetive, requereu a sua admissão como assistente litisconsorcial, enquanto a Associação dos Peritos Criminais, entidade fundada em 1981, dizendo-se representante da classe, requeria assistência simples.

Sem considerar o mérito ou as condições da ação, esboce o posicionamento da Procuradoria Geral do Estado, diante de tais incidentes processuais:

a) identificando e analisando as figuras de ingresso na relação processual, ou de intervenção, bem como a oportunidade em que se verificaram;

b) aponte os limites subjetivos da coisa julgada, caso a sentença admita o ingresso de **I** e julgue procedente o pedido dos autores (**A** e **B**) ou dos litisconsortes **C**, **D** e **E** e, ainda, na hipótese de ser acolhido o pedido de **G** e **H**.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### — QUESTÕES —

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (25 pontos)

Um grupo de inativos, invocando disposição de lei estadual, propôs ação contra o ESTADO pedindo tratamento paritário em relação à remuneração dos servidores em atividade.

O pedido não teve êxito na 1.<sup>a</sup> instância. Em grau de apelação, o julgamento foi sobrestado para submeter a questão da inconstitucionalidade a exame e decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Nesse meio-tempo, entrou em vigor a Constituição Federal de 1988. Diante da nova Carta, entenderam os autores que seu pedido — ainda que pudessem dissentir da Carta anterior (o que admitiam tão só para argumentar) — estaria coberto pelo texto constitucional superveniente. E, em petição ao Relator, fizeram invocação do princípio do *ius superveniens* como referendo jurídico do pedido.

Responder, pelo ESTADO, ao argumento novo expedido pelos autores.

2.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (25 pontos)

Em face do que dispõe a Constituição Federal, pode o Presidente da República reeditar Medida Provisória não convertida em lei pelo Congresso Nacional?

3.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (25 pontos)

Pode o Congresso Nacional, no curso do mandato do Presidente recém-eleito, emendar a Constituição para estabelecer a imediata adoção do regime parlamentarista?

4.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (25 pontos)

O Governador do Estado enviou Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, estabelecendo, entre outras, as seguintes normas:

“Art. X — O licenciamento de automóveis será realizado no primeiro semestre do ano.

Art. Y — Sujeitar-se-ão a emplacamento especial os caminhões de mais de dez anos de uso.”

Na Assembléia, o projeto vem a ser emendado, aprovando-se a seguinte redação final:

“Art. X — O licenciamento de automóveis será realizado no pri-

meio semestre do ano, exceto no que aproveita àqueles de final de placas 9 e O.

**Art. Y** — Sujeitar-se-ão a emplacamento especial os automóveis, motocicletas, caminhões e utilitários em geral, com mais de dez anos de uso.”

O Governador do Estado veta parcialmente as disposições, restabelecendo o teor original da Mensagem.

Havendo sido questionada a constitucionalidade dos vetos, defenda a legitimidade do veto parcial.

## DIREITO CIVIL E COMERCIAL

### — QUESTÕES —

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS, MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

**1.ª QUESTÃO:** (30 pontos)

Duas doações, autônomas entre si, vêm a se extinguir por causas diversas: a primeira pelo advento do seu termo final, e, a segunda, por ingratidão do donatário, judicialmente reconhecida.

**Pergunta-se:** que direitos assistirão, em cada uma destas hipóteses, aos respectivos doadores?

**2.ª QUESTÃO:** (30 pontos)

TÍCIO emprestou a CAIO motocicleta de sua propriedade, vindo o último a sofrer gravíssimo acidente, dois dias após, causado por defeito no sistema de frenagem do veículo, preexistente ao empréstimo.

Em decorrência do desastre, CAIO ficou imobilizado vários dias, sofrendo prejuízos em razão da inatividade, além de ter incorrido em vultosas despesas médicas e de hospitalização.

Cabe a pretensão de CAIO de ressarcir-se contra TÍCIO referente às perdas e danos sofridos?

**3.ª QUESTÃO:** (40 pontos)

O Governador do Estado do Rio de Janeiro determinou ao BANERJ — sociedade de economia mista estadual — que passe a emprestar às empresas públicas estaduais a juros abaixo dos que prevalecem no mercado.

A Diretoria do Banco acata a determinação. Divulgada a notícia, as ações do BANERJ sofrem acentuada queda em Bolsa.

EUGÊNIO, acionista do BANERJ, consulta sobre a possibilidade de acionar o ESTADO e/ou os administradores do Banco para deles haver perdas e danos correspondentes à desvalorização de suas ações.

Como V. o aconselharia?

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### — QUESTÕES —

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS, MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

**1.ª QUESTÃO:** (20 pontos)

A *Sociedade Y*, indústria sediada no Rio de Janeiro, vai remeter à *Sociedade Z*, comerciante estabelecida em São Paulo, pelo preço de NCz\$ 100.000,00, CIF, determinados produtos de sua industrialização, a serem integrados no ativo permanente do estabelecimento adquirente.

**Pergunta-se:**

- Considerada a operação em seu todo, como incidirá o **ICMS**?
- Que valores integração a base de cálculo do tributo?
- Qual a modalidade de alíquota que incidirá na operação?

**2.ª QUESTÃO:** (20 pontos)

A *Sociedade X*, que explora negócio de bar e restaurante, propôs medida cautelar inominada contra o ESTADO, com o objetivo de conseguir a suspensão da exigibilidade de crédito tributário do **ICMS** originado de operações de fornecimento de alimentação e bebidas, requerendo autorização judicial para efetuar o depósito das importâncias que a Sociedade considerasse devidas a título de imposto.

**Queira responder:**

- É cabível a medida proposta?
- O deferimento liminar do pedido de depósito impede a constituição e cobrança do crédito tributário?

**3.ª QUESTÃO:** (20 pontos)

Quais as diferenças, no Direito Tributário, entre:

- anistia e remissão;
- moratória e parcelamento;
- isenção e diferimento;
- anuidade e anterioridade tributárias.

**4.ª QUESTÃO:** (20 pontos)

A Administração Tributária de certo Município remeteu ofício-circular ao Gerente do Núcleo de Educação local (órgão estadual), comunicando-lhe que, nos termos da legislação municipal, o Núcleo ficaria responsável, na condição de contribuinte substituto, pelo imposto sobre serviços devido por particulares que prestassem, ao mesmo Núcleo, serviços tributáveis (obras e outros), acaso deixado de pagar pelo contribuinte.

Efetivamente, a legislação local invocada assim dispõe, aduzindo o ofício-circular, com base na norma do art. 151, III, da Constituição Federal, que o preceito se aplica mesmo que a entidade tomadora dos serviços goze de isenção ou imunidade.

Na qualidade de Procurador do Estado, como e com que razões o candidato aconselharia o Gerente do Núcleo de Educação a agir?

**5.ª QUESTÃO:** (20 pontos)

À luz do art. 110 do Código Tributário Nacional, queira apreciar a constitucionalidade do **verbete 113** da “Súmula” do Supremo Tribunal Federal e do “caput” do art. 83 do Decreto-Lei (RJ) n.º 5/75, antes de alterado pela Lei n.º 615/82, quando tinha a seguinte redação: “Art.

83. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos relativos a imóveis, no momento da transmissão”.

## DIREITO DO TRABALHO

### — QUESTÕES —

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (25 pontos)

Os empregados da administração pública direta e indireta podem, através de Sindicato que os represente, ajuizar dissídio coletivo para obter melhores salários?

2.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (25 pontos)

Com fundamento no art. 16 da Lei n.º 6.019/74, o reclamante ajuizou reclamação trabalhista em face da CEDAE e do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pleiteando a remuneração e a indenização correspondentes aos períodos em que prestou serviços a cada um dos reclamados.

Notificados para a audiência de conciliação, instrução e julgamento, não compareceu o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, mas a CEDAE compareceu e ofereceu sua defesa, na qual, dentre outras alegações, arguiu a prescrição.

**Indaga-se:** é o ESTADO revel e confesso?

Julgado improcedente o pedido, interpõe o reclamante recurso ordinário. Oferecidas contra-razões sem renovar-se a alegação de prescrição.

O Tribunal dá provimento ao recurso ordinário e não se pronuncia sobre a prescrição, que estava demonstrada nos autos.

Oferecidos embargos de declaração, foram eles rejeitados com o fundamento de a prescrição não ter sido renovada nas contra-razões ao recurso.

2. Tal acórdão viola algum preceito legal?

3. Para liquidação da sentença, o reclamante requer a realização de perícia. O juiz a indefere. Qual o recurso cabível e em que momento?

3.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (25 pontos)

CAIO, em 1.º de outubro de 1983, ingressou em autarquia estadual para, sob o regime do Direito do Trabalho, exercer a função de motorista.

Dois anos após sua admissão, CAIO é desviado de sua função por TÍCIO, Chefe da Seção de Engenharia, para atender necessidade do setor, passando CAIO a exercer as atribuições de engenheiro, aproveitando-se da formação profissional específica que possuía. CAIO continuou registrado como motorista, recebendo o mesmo salário.

Em 1.º de outubro de 1986, com a mudança da Direção da autarquia e verificado o desvio de função, foi determinado o retorno de CAIO à sua função de origem, tendo este manifestado expressa concordância em voltar às atribuições de motorista.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, CAIO,

sentindo-se seguro com a estabilidade prevista no artigo 19 do ADCT, ajuíza reclamação trabalhista contra sua empregadora, perante a Justiça do Trabalho, postulando, entre outros direitos:

a) reconhecimento da alteração de sua função de motorista para a de engenheiro, com o recebimento das diferenças salariais respectivas, com base na tabela de empregos e salários da autarquia;

b) nulidade do retorno à função de origem, que, então, se constituiu em alteração ilícita de seu contrato de trabalho, eis que prejudicial aos seus interesses, com a conseqüente manutenção da função de engenheiro e recebimento do salário próprio, além das diferenças salariais vencidas.

A Procuradoria Geral do Estado é solicitada a orientar a defesa.

Apresente os principais fundamentos que serviriam para embasar a resposta.

4.<sup>a</sup> **QUESTÃO:** (25 pontos)

SILVA, em 10 de abril de 1989, após ser aprovado em concurso público, vem a ser contratado pelo Poder Judiciário para exercer a função de auxiliar de cartório, com obrigação de trabalhar 8 horas diárias.

O interessado, no ato dessa contratação, omite o fato de já ser servidor contratado do Estado (Poder Executivo), onde, desde o ano de 1986, exerce a função de professor de geografia, com obrigação de dar aulas no turno da noite.

No dia 30 de setembro de 1989, ao tomar conhecimento da existência da acumulação, o Presidente do Tribunal de Justiça rescinde o contrato de trabalho celebrado no dia 10 de abril.

**Pergunta-se:**

1. O segundo contrato é um ato nulo, anulável ou um ato jurídico perfeito?

2. Quais os direitos daí decorrentes para o empregado, em face da sua resposta à indagação anterior?